

*Educação*  
18 JAN 1995

FREI BETTO

ESTADO DE SÃO PAULO

# O Brasil é mal educado



**Político só costuma falar em melhorar a educação em época de eleição**

Brasil tem cerca de 3,3 milhões de crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos fora da escola; 18 milhões de analfabetos maiores de 15 anos; e 25 milhões de pessoas maiores de 10 anos semi-alfabetizadas. Dentre os analfabetos, há duas vezes mais negros do que brancos. Metade das crianças matriculadas na primeira série não chega à segunda. Não porque desistam ou sejam impedidas de continuar na escola. A evasão é de apenas 2%. A grande maioria é repetente, o que demonstra que o problema não está nos alunos, mas no sistema educacional. Apesar de 3% dos 30 milhões de crianças no primeiro grau terminam o curso em oito anos, 40% chegam a concluir a oitava série em 12 anos, em média. Temos cerca de 1,5 milhão de estudantes universitários, número muito pequeno se comparado, por exemplo, com a Argentina, que, com população cinco ve-

zes inferior à do Brasil, tem cerca de 6 milhões de universitários. Enquanto 20% da nossa população é analfabeta, na Argentina o índice é de apenas 5%.

O investimento brasileiro em educação, que deveria ser de pelo menos 10% do PIB, tem correspondido a apenas 3,9%, muito inferior ao de outros países que já garantiram a universalização do acesso ao ensino fundamental e médio. Aqui, estudar é um esforço. As vagas são restritas, os professores, mal pagos, o material escolar é caro e o governo, omisso.

Político só costuma falar em melhorar a educação em época de eleição.

A ineficiência e a má qualidade da educação pública têm como principais causas a inexistência de uma estratégia educacional, elaborada em parceria com os setores organizados da sociedade civil e com os Executivos e Legislativos municipais, estaduais e fede-

ral, e que conte com a diversidade regional; a ruptura de orientação a cada mudança de governo, o que gera desperdício de recursos materiais e humanos; o mau gerenciamento do dinheiro público e a estrutura burocratizada e morosa dos setores administrativos; os baixos investimentos, decorrentes da política posta em prática pela ditadura militar e aprofundada pela adoção do receituário neoliberal pelos governos posteriores, que reduziram a capacidade de financiamento e investimento do Estado; os baixos salários pagos a docentes e funcionários, e a ausência de políticas salariais; a estrutura das carreiras e jornadas de trabalho, que, sobretudo no caso da educação básica, privilegiam a regência de classe em detrimento do trabalho extraclasse, inerente às funções pedagógicas; os currículos e programas que desprezam, no seu desenvolvimento, a realidade social, cultural, afetiva e cognitiva dos educandos; a falta de autonomia das escolas para definir seus métodos, programas e ações pedagógicas; a ausência de participação e decisão efetiva da comunidade escolar e da sociedade na gestão de escolas e universidades.

A questão não é privatizar a educação, e sim universalizá-la, empênhando-se o Estado em aprimorar a formação de nossos recursos humanos. A descentralização do setor, pelo fortalecimento de conselhos municipais e estaduais de educação, viria reduzir o classicismo e favorecer a educação profissionalizante. Não basta acabar com o vestibular nas universidades, pondo fim à máfia dos cursinhos que depõem contra a qualidade de nosso ensino secundário. É preciso multiplicar o modelo do Senai, propiciando aos adolescentes — cerca de 60 milhões de brasileiros têm menos de 25 anos — a formação capaz de integrá-los ao mercado de trabalho, reduzindo, assim, a marginalidade e a contravenção.

Não se colhem frutos sem plantar a árvore. Num país em que os políticos consideram o aumento de seus próprios salários mais importante do que dobrar os investimentos na educação, não é de estranhar que os próprios governantes cometam, em seus discursos, erros elementares de sintaxe. Sem falar nos deslizes éticos — no mínimo, uma falta de educação.

■ Frei Betto é escritor